



# ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

## DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

### SEÇÃO II

ANO XVII — Nº 116

CAPITAL FEDERAL

TERÇA-FEIRA, 7 DE AGOSTO DE 1962

## CONGRESSO NACIONAL

Presidência

Convocação de sessões conjuntas para apreciação de vetos presidenciais

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3º, da Constituição e do art. 1º, nº IV, do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessão conjunta a realizar-se no dia 7 de agosto do ano em curso, às 21 horas e 30 minutos, no Palácio da Câmara dos Deputados, conhecerem do veto presidencial ao Projeto de Lei nº 3.060, de 1961, na Câmara e nº 56, de 1962, no Senado, que transforma o Departamento Nacional de Obras de Saneamento em autarquia e dá outras providências.

Senado Federal, em 17 de julho de 1962

AUGO MOURA ANDRADE

Presidente

12ª sessão conjunta da 4ª sessão legislativa ordinária da 4ª legislatura

Em 7 de Agosto de 1962, às 21 horas e 30 minutos

### ORDEM DO DIA

Veto presidencial (parcial) ao Projeto de Lei nº 3.060-B-61, na Câmara e nº 56-62, no Senado, que transforma o Departamento Nacional de Obras de Saneamento em autarquia e dá outras providências (tendo Relatário, sob nº 16, de 1962, da Comissão Mista).

### ORIENTAÇÃO PARA A VOTAÇÃO

| Cédula n. | Dispositivo correspondente                                                                                                                        |
|-----------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1         | Item III do art. 3º;<br>alínea m do art. 13;<br>art. 26 e seu parágrafo;<br>art. 27;<br>expressões "... à Delegação do..." constantes do art. 28; |
| 2         | expressões vetadas dos arts. 4º e 9º;                                                                                                             |
| 3         | alínea r do art. 13;                                                                                                                              |
| 4         | expressões "... até o último dia do mês de abril do exercício seguinte" do art. 28;                                                               |
| 5         | art. 42.                                                                                                                                          |

### ATAS DAS COMISSÕES MISTAS

*Ata da Comissão Mista encarregada de apreciar o Veto do Sr. Presidente da República ao Projeto de Lei da Câmara nº 56, de 1962 (nº 3.060-B-62 de 1961, na Câmara), que transforma o Departamento Nacional de Obras de Saneamento em autarquia, e dá outras providências.*

#### 1ª REUNIÃO EM 2 DE AGOSTO DE 1962

As 16 horas e 30 minutos, na Sala das Comissões, presentes os Senhores Senadores Ruy Carneiro, Daniel Krieger, Jorge Maynard e os Senhores Deputados Ultimo de Carvalho, Campos Vergel e Adauto Cardoso, reúne-se a Comissão Mista incumbida de apreciar o Veto parcial do Senhor Presidente da República ao Projeto de Lei em tela.

Consoante o que preceitua o Regimento, assume a Presidência o Senhor Senador Ruy Carneiro que declara instalada a Comissão e determina que se proceda a eleição para os cargos de Presidente e Vice-Presidente, apurando o seguinte resultado:

Para Presidente:

Senador Ruy Carneiro — 3 votos;  
Em branco — 1 voto.

Para Vice-Presidente:

Deputado Ultimo de Carvalho — 4 votos

Deputado Adauto Cardoso — 2 votos.

Concluída a apuração o Senhor Presidente agradece a sua eleição e designa o Sr. Deputado Campos Vergel relator da matéria.

Nada mais havendo que tratar, o Sr. Presidente encerra a reunião, às 17 horas e 15 minutos, da qual eu, Aroldo Moreira, Secretário, lavro a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

#### 2ª REUNIÃO, EM 3 DE AGOSTO DE 1962

As 16 horas, na Sala das Comissões, reúne-se a Comissão Mista incumbida de apreciar o Veto do Sr. Presidente da República, ao Projeto acima referido, com a presença dos Senhores Senadores, Ruy Carneiro, Presidente, Daniel Krieger, Jorge Maynard e os Senhores Deputados Campos Vergel, Relator, Ultimo de Carvalho e Adauto Cardoso.

O Sr. Presidente concede a palavra ao Sr. Deputado Campos Vergel que lê o Relatório fazendo o retrospecto da origem e da tramitação do projeto em ambas as Casas do Congresso e, outrossim, das razões em que se distribuiu o Sr. Presidente da República para vetar parcialmente a matéria em causa.

Encerrada a reunião, o Sr. Presidente agradece a cooperação de seus pares, notadamente, o trabalho do relator.

Nada mais havendo a tratar, levanta-se a reunião às 16 horas e 50 minutos, da qual eu, Aroldo Moreira,

Secretário, lavro a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

#### Relatório nº 16, de 1962

Da Comissão Especial encarregada de apreciar o Veto do Sr. Presidente da República ao Projeto de Lei da Câmara nº 56, de 1962 (nº 3.060-B-62 de 1961, na Câmara), que transforma o Departamento Nacional de Obras de Saneamento em autarquia, e dá outras providências.

Relator: Deputado Campos Vergel.  
O Sr. Presidente da República, ao sancionar o Projeto de Lei da Câmara nº 56, de 1962 (nº 3.060-B-61 na Casa de origem), que transforma em autarquia o Departamento Nacional de Obras de Saneamento (Lei nº 4.029, de 13 de julho de 1962), resolveu vetar-lo parcialmente.

#### O PROJETO

O projeto ora parcialmente vetado é de iniciativa do Poder Executivo e visava, principalmente, as seguintes modificações do Departamento Nacional de Obras de Saneamento:

a) ampliação dos seus objetivos básicos — saneamento, defesa contra as inundações em áreas rurais e urbanas e drenagem para recuperação de terras alagáveis — mediante a expansão da instalação de serviços de abastecimento d'água, esgotos e de controle de poluição de cursos d'água, além de obras complementares, desses empreendimentos, tais como hidroeletricidade, irrigação, hidráulica fluvial

de regularização de regime e de melhoramento de cursos ou massas d'água, quando necessárias para o atendimento das obras fundamentais de saneamento rural e urbano;

b) criação de uma Divisão de Planejamento que terá como atribuição a planificação geral das obras a cargo do D.N.O.S. e a elaboração dos planos parciais, os quais serão objeto de detalhamento pela Divisão de Projetos.

Relativamente aos recursos da nova autarquia, previa-se no projeto originário do Executivo:

a) Fundo Nacional de Obras de Saneamento;  
b) auxílios, subvenções e contribuições;  
c) produto de operações de crédito;  
d) produto de juros de depósitos bancários;  
e) produto de venda de material inservível ou de alienação de bens patrimoniais;

f) taxas ou rendas de serviços prestados;

g) produto de arrendamento de bens patrimoniais do D.N.O.S. ou de bens do domínio público sob sua administração.

O Fundo referido na alínea a, supra, constituir-se-

a) 1% (um por cento) da receita do Departamento Nacional de Obras de Saneamento;

b) contribuição de melhoria correspondente à valorização de imóveis, em consequência de serviços e obras executadas pelo D.N.O.S.;

c) valores correspondentes à prestação de serviços de irrigação, ex-

# EXPEDIENTE

## DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES  
MURILO FERREIRA ALVESCHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO  
MAURO MONTEIRO

### DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional  
BRASILIA

#### ASSINATURAS

##### REPARTIÇÕES E PARTICULARES

| Capital e Interior |             | Capital e Interior |             |
|--------------------|-------------|--------------------|-------------|
| Semestre           | Cr\$ 50,00  | Semestre           | Cr\$ 39,00  |
| Ano                | Cr\$ 96,00  | Ano                | Cr\$ 76,00  |
| Exterior           |             |                    |             |
| Ano                | Cr\$ 136,00 | Ano                | Cr\$ 108,00 |

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

— O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

Contas da União para, em qualquer caso, pagar as contas de seu administrador e que, em última análise, contraria os interesses nacionais.

b) a expressão "pelo Presidente do Conselho de Ministros" inserta nos arts. 4º e 9º;

Quanto ao art. 4º, ao estabelecer que o Departamento Nacional de Obras de Saneamento será dirigido por um Diretor-Geral nomeado em comissão pelo Presidente do Conselho de Ministros, contraria o disposto no item XIV do art. 3º do Ato Adicional, que atribui ao Presidente da República a competência de prover, na forma da lei e com as ressalvas estatuídas pela Constituição, os cargos públicos federais. Foi esse motivo votou a expressão "pelo Presidente do Conselho de Ministros" na contida.

Igual procedimento e pelas mesmas razões, adotei com relação ao art. 9º, que também detere ao Presidente do Conselho de Ministros a competência para designar o Presidente e demais Membros do Conselho Deliberativo.

c) alínea "m" e respectivos incisos do art. 13:

Impõe-se o veto, também, à alínea m, e seus incisos I, II, III, do art. 13, como decorrência lógica do veto apostado ao item III do art. 3º, pelas mesmas razões já apontadas.

d) alínea "r" do art. 13:

Considero, ainda, imperioso o veto à alínea "r" do citado art. 13, por conter matéria contrária ao sistema de pagamento de vencimentos e vantagens ora em vigor, que prevê uma modalidade de gratificação para cada situação em que se encontre o funcionário. Gratificações especiais previamente aprovadas e expressão genérica de alcance imprevisível, capaz de fomentar as mais dispendiosas reivindicações perturbadoras da boa ordem no serviço público federal.

e) art. 26 e parágrafo único; f) art. 27; g) as expressões "a Delegação do" e "até o último dia do mês de abril do exercício seguinte" constantes do art. 28:

No que se refere à impugnação dos arts. 26, e respectivo parágrafo, e 27, bem como da expressão "a Delegação do" inserta no art. 28 — trata-se de medida decorrente do veto apostado ao item III do art. 3º, dada a íntima ligação entre suas disposições.

Por outro lado, a leitura paralela dos arts. 24 e 28 do projeto revela uma contradição entre as datas de remessa dos balanços anuais e das pres-

tações de contas do Departamento Nacional de Obras de Saneamento ao Tribunal de Contas da União e a do encaminhamento do levantamento anual das contas com base nos lançamentos mensais.

Enquanto os balanços anuais e as prestações de contas irão ao Tribunal de Contas da União até 31 de março de ano subsequente, o levantamento anual das contas com base nos lançamentos mensais será encaminhado até 30 de abril do exercício seguinte. Ora, é de presumir que, quando os balanços anuais — financeiro, econômico, patrimonial — forem encaminhados ao Tribunal de Contas o levantamento anual das contas já estará concluído, pois sem esta conclusão, que corresponde a encerramento, não poderão ser fechados os balanços acima indicados. Nessas condições, resolvi vetar a expressão "até o último dia do mês de abril do exercício seguinte", contida no art. 28.

h) Art. 42:

Finalmente, entendo que não houve acolhida o art. 42 do projeto, pelo qual a critério do Ministro da Viação e Obras Públicas poderão ter gratificação de representação os servidores do Departamento Nacional de Obras de Saneamento, que ocupem funções relevantes em regime de tempo integral, pois esse tipo de gratificação tem finalidade inteiramente diversa da que lhe pretende dar o dispositivo. A gratificação de representação é vantagem privativa dos titulares de cargos de elevada projeção administrativa ou de membros de certos conselhos sem remuneração fixada em lei, e que não é o caso em pauta.

Para tais situações, a matéria já está regulada no Capítulo XI, arts. 49 a 52, da Lei nº 3.780, de 2 de julho de 1960, que consagra o regime de tempo integral. A vantagem correspondente a esse regime está disciplinada nesses artigos e chamar-se-á gratificação especial de tempo integral, de nomeação esta obviamente mais adequada.

#### CONCLUSÃO

Diante do exposto, creio estarem os Senhores Congressistas habilitados à apreciação do Veto do Sr. Presidente da República ao Projeto de Lei que transforma em autarquia o Departamento Nacional de Obras de Saneamento.

Sala das Comissões, em 3 de agosto de 1962. — Senadores: Ruy Carneiro, Presidente. — Daniel Krieger. — Deputados: Jorge Maynard. — Campos Vergal, Relator. — Último de Carvalho. — Adauto Cardoso.

## SENADO FEDERAL

### MESA

Presidente — Moura Andrade — PSD.  
Vice-Presidente — Rui Palmeira — UDN.  
Primeiro-Secretário — Argemiro de Figueiredo — PTB.  
Segundo-Secretário — Gilberto Marinho — PSD.  
Terceiro-Secretário — Mourão Vieira — UDN.  
Quarto-Secretário — Novaes Filho — PL.  
Primeiro-Suplente — Mathias Olympio — PTB.  
Segundo-Suplente — Guido Mondin — PSD.  
Terceiro-Suplente — Joaquim Parente — UDN.

### LÍDERES E VICE-LÍDERES

#### DA MAIORIA

LÍDER  
Filinto Müller (PSD).  
VICE-LÍDERES  
Lima Teixeira (PTB).  
Nogueira da Gama (PTB).

Lobão da Silveira (PSD).  
Victorino Freire (PSD).  
Jefferson de Aguiar (PSD).  
Guido Mondin (PSD).  
Jorge Maynard (PSP).  
Saulo Ramos (PTB).

#### DA MINORIA

João Villasbôas (UDN).

### DOS PARTIDOS

#### DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO

LÍDER  
Benedito Valladares.  
VICE-LÍDERES  
Gaspar Veloso.  
Victorino Freire.

#### DA UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL

LÍDER  
Daniel Krieger.  
VICE-LÍDERES  
Afonso Arinos.  
Afrânio Lages.  
Padre Calazans.

autados e administrados pelo DNOS; d) produto da venda de areia extraída dos cursos d'água dragadas pelo Departamento.

Na Câmara dos Deputados, o projeto foi longamente debatido e, afinal, aprovado em termos de um Substitutivo apresentado pela Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas.

No Senado, o projeto recebeu várias emendas, que foram retiradas, sendo aprovado o texto vindo da Câmara.

#### DISPOSIÇÕES VETADAS

O veto do Sr. Presidente da República incidirá sobre as seguintes disposições:

- item III do artigo 3º;
- a expressão "pelo Presidente do Conselho de Ministros", inserta nos artigos 4º e 9º;
- alínea m e respectivos incisos do art. 13;
- alínea r do art. 13;
- art. 26 e parágrafo único;
- art. 27;
- as expressões "a Delegação do" e "até o último dia do mês de abril do exercício seguinte", constantes do art. 28;
- art. 42.

#### RAZÕES DO VETO

Ao vetar as disposições acima, o Senhor Presidente da República assim arrazou, com referência às alíneas:

a) Item III do art. 3º

Prevê o item III do art. 3º do projeto a criação de uma Delegação do Tribunal de Contas, como órgão fiscal da autarquia.

Nos termos do art. 77 da Constituição Federal, item I, a fiscalização financeira está estritamente vinculada à execução do Orçamento Geral da União, uso, ano e universal, atribuindo a Carta Magna ao Tribunal de Contas da União a função fiscalizadora.

Essa fiscalização foi, ainda, precisamente discriminada ao dispor a Constituição no item III do art. 77, e seus parágrafos, o registro dos contratos que, por qualquer modo, interessem à receita ou à despesa, ou de qualquer ato da administração pública de que resulte obrigação de pagamento pelo Tesouro Nacional ou por conta deste.

Assim, pois, ficou fartamente restringida a fiscalização financeira aos atos da administração centralizada, e que obrigam o Tesouro Nacional.

Considerando-se nesta ordem ser da natureza intrínseca, como elemento essencial à caracterização da autarquia a autonomia financeira, destacando-se os seus recursos do Orçamento Geral da União destruindo radicalmente vínculo existente, para constituírem rendas próprias do órgão parastatal, com reflexo direto no seu patrimonial, escapa, definitivamente, à competência constitucional do Tribunal de Contas, a ingerência na execução orçamentária da autarquia.

A matéria, já pacificamente assim considerada, envolve a própria existência autônoma do órgão a que se transmite forças do projeto aprovado, natureza autárquica, e sujeitar-lhe a administração financeira ao controle fiscalizador do Tribunal de Contas, através de uma Delegação, seria destruir a determinante de sua descentralização e autonomia.

Assim, além de conter a disposição do projeto foros de inconstitucionalidade, ao estabelecer a fiscalização financeira da execução orçamentária da nova instituição de outra forma, se criada a Delegação pretendida, ficaria ela sem função, limitando-se a sua atividade a assistir às operações financeiras sem força de veto impeditivo ou restritivo, já que, por imperativo constitucional, o que o próprio projeto reconhece ao instituir a tomada de contas anual, não poderia essa fiscalização, de qualquer forma, elidir a competência privativa do Tribunal de

**DO PARTIDO TRABALHISTA  
BRASILEIRO**

LÍDER

Barros Carvalho.

VICE-LÍDER

Fausto Cabral.  
Arlindo Rodrigues.  
Nelson Maculan.

**DO PARTIDO LIBERTADOR**

LÍDER

Mem de Sá  
VICE-LÍDER  
Aloysio de Carvalho.

**DO PARTIDO SOCIAL  
PROGRESSISTA**

LÍDER

Jorge Maynard.

VICE-LÍDER

Miguel Couto.

**DO PARTIDO TRABALHISTA  
NACIONAL**

LÍDER

Lino de Mattos.

**DO MOVIMENTO TRABALHISTA  
RENOVADOR**

LÍDER

Paulo Fender.

**DO PARTIDO REPUBLICANO**

LÍDER

Mendonça Clark.  
Alô Guimarães.

4 Argemiro de Figueiredo - Paraíba.

5 Barros Carvalho - Pernambuco.

6 Lourival Fontes - Sergipe.

7 Lima Teixeira - Bahia.

8 Calado de Castro - Guanabara.

9 Arinôdo Rodrigues - Rio.

10 Augusto Costa - Rio de Janeiro.

11 Nelson Maculan - Paraíba.

12 Saulo Ramos - Santa Catarina.

13 Nogueira da Gama - Minas Gerais.

Licenciado o Sr. Igonides Azeite - Maranhão. Em exercício o Sr. Simeão, Sr. Mendonça Clark (RJ).

**PARTIDO LIBERTADOR**

1 Novaes Filho - Pernambuco.

2 Alô de Carvalho - Bahia.

3 Mem de Sá - Rio Grande do Sul.

**PARTIDO SOCIAL  
PROGRESSISTA**

1 Jorge Maynard - Sergipe.

**PARTIDO TRABALHISTA  
NACIONAL**

1 Lino de Mattos - São Paulo.

**MOVIMENTO TRABALHISTA  
RENOVADOR**

1 Paulo Fender - Pará.

**PARTIDO REPUBLICANO**

1 Mendonça Clark - Piauí.

**SEM LEGENDA**

Dix-Huit Rosado - Rio Grande do Norte.

**COMISSÕES PERMANENTES**

**Comissão Diretora**

Moura Andrade - Presidente

Argemiro de Figueiredo

Gilberto Marinho

Mourão Vieira

Novaes Filho

Mathias Olympio

Guilherme Mondim

Joaquim Parente (9)

Rui Palmeira

**Comissão de Constituição e  
Justiça**

PSD - Jefferson de Aguiar - Presidente

UDN - Milton Campos - Vice-Presidente

PSD - Silvestre Péricles

PSD - Ruy Carneiro

PSD - Lobão da Silveira

UDN - Heribaldo Vieira

UDN - Afonso Arinos

UDN - Afrânio Lages

PTB - Lourival Fontes

PTB - Nogueira da Gama

PL - Aloysio de Carvalho (11)

**SUPLENTE**

PSD - 1 Ary Vianna

PSD - 2 Benedito Valladares

PSD - 3 Gaspar Velloso

PSD - 4 Menezes Pimentel

UDN - 1 João Villasboas

UDN - 2 Daniel Krieger

UDN - 3 Sérgio Marinho

UDN - 4 Lopes da Costa

PTB - 1 Barros Carvalho

PTB - 2 Lima Teixeira

PL - 1 Mem de Sá

Reuniões: Quartas-feiras às 16 horas

Secretário: José Soares de Oliveira Filho.

**Comissão de Economia**

PSD - Gaspar Velloso - Presidente

PTB - Fausto Cabral - Vice-Presidente

UDN - Sérgio Marinho

UDN - Fernandes Távora

UDN - Del Caro

UDN - João Arruda

PSD - Alô Guimarães

PSD - Paulo Fender

PTB - Nogueira da Gama (9)

**SUPLENTE**

PSD - 1 Eugênio Barros

PSD - 2 Sebastião Archer

PSD - 3 Alô Guimarães

UDN - 1 Irineu Bornhausen

UDN - 2 Ovidio Teixeira

UDN - 3 Zacarias Assumpção

UDN - 4 Sérgio Marinho

PTB - 1 Lima Teixeira

PTB - 2 Saulo Ramos

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas

Secretário: José Soares de Oliveira Filho.

**Comissão de Agricultura**

PTB - Nelson Maculan - Presidente

PSD - Eugênio Barros - Vice-Presidente

PSD - Alô Guimarães

UDN - Paulo Fernandes

UDN - Lopes da Costa

UDN - Ovidio Teixeira

PTB - Fausto Cabral (7)

**SUPLENTE**

PSD - Pedro Ludovico

PSD - Jefferson de Aguiar

PSD - Sebastião Archer

UDN - Del Caro

UDN - Irineu Bornhausen

PTB - Calado de Castro.

PTB - Lima Teixeira

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas

Secretário: José Aristides de Moraes Filho.

**Comissão de Educação e  
Cultura**

PSD - Menezes Pimentel - Presidente

PL - Mem de Sá - Vice-Presidente

PSD - Jarbas Maranhão

PTB - Saulo Ramos

PTB - Arlindo Rodrigues

UDN - Reginaldo Fernandes

UDN - Padre Calazans

**SUPLENTE**

PSD - Lobão da Silveira

PSD - Alô Guimarães

UDN - Lino de Mattos (do PTN)

PTB - Calado de Castro

PTB - Lima Teixeira

PL - Aloysio de Carvalho

Reuniões às quartas-feiras, às 16,00 horas

Secretária: Maria Helena Bueno Brandão.

**Comissão de Finanças**

UDN - Daniel Krieger - Presidente

PSD - Ary Vianna - Vice-Presidente

PSD - Eugênio Barros

PSD - Paulo Coelho

PSD - Gaspar Velloso

PSD - Lobão da Silveira

UDN - Victorino Freire

UDN - Irineu Bornhausen

UDN - Fernandes Távora

UDN - Lopes da Costa

PTN - Lino de Mattos

PTB - Nogueira da Gama

PTB - Barros Carvalho

PTB - Saulo Ramos

PTB - Dix-Huit Rosado

PL - Mem de Sá (17)

**SUPLENTE**

PSD - Silvestre Péricles

PSD - Ruy Carneiro

PSD - Jarbas Maranhão

PSD - Menezes Pimentel

PSD - Pedro Ludovico

PSD - Filinto Müller

UDN - Coimbra Bueno

UDN - Zacarias de Assumpção

UDN - João Arruda

UDN - Milton Campos

UDN - João Villasboas

UDN - Del Caro

PTB - Fausto Cabral

PTB - Vivaldo Lima

PTB - Arlindo Rodrigues

PTB - Calado de Castro

PTB - Lima Teixeira

PL - Aloysio de Carvalho

Reuniões: Quintas-feiras às 15 horas.

Secretário - Renato de Almeida Chermont.

**Comissão de Legislação Social**

PTB - Lima Teixeira - Presidente

PSD - Ruy Carneiro - Vice-Presidente

PSD - Lobão da Silveira

PSD - Menezes Pimentel

UDN - Afonso Arinos

UDN - Lopes da Costa

UDN - Afrânio Lages

PTB - Calado de Castro

PTB - Arlindo Rodrigues (9)

**SUPLENTE**

PSD - 1 Sebastião Archer

PSD - 2 Silvestre Péricles

PSD - 3 Eugênio Barros

UDN - 1 Dix-Huit Rosado

UDN - 2 Padre Calazans

UDN - 3 Heribaldo Vieira

PTB - 1 Barros Carvalho

PTB - 2 Lourival Fontes

PTB - 3 Nelson Maculan

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

Secretário: José Soares de Oliveira Filho.

**Comissão de Relações Exteriores**

PTB - Vivaldo Lima - Presidente.

UDN - João Villasboas - Vice-Presidente.

UDN - Afrânio Lages.

UDN - Heribaldo Vieira.

PSD - Benedito Valladares

PSD - Gaspar Velloso

PSD - Filinto Müller

PTB - Lourival Fontes

PL - Aloysio de Carvalho (9)

**SUPLENTE**

UDN - Milton Campos

UDN - João Arruda

UDN - Sérgio Marinho

PSD - Menezes Pimentel

PSD - Jefferson de Aguiar

PSD - Alô Guimarães

PTB - Nogueira da Gama

PTB - Barros Carvalho

PL - Mem de Sá

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

Secretário: Eurico Gory Auler.

**Comissão de Redação**

Sérgio Marinho - Presidente (UDN)

Ary Vianna - Vice-Presidente (PSD)

Alô Guimarães (PSD)

Afonso Arinos (UDN)

Lourival Fontes (PTB)

1 Padre Calazans (UDN)

2 Heribaldo Vieira (UDN)

1 Calado de Castro (PTB)

2 Lobão da Silveira (PSD)

Secretário - Sara Abraão - Oficial Legislativo.

Reunião - Terças-feiras, às 16 horas

**REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA**

**PARTIDO SOCIAL DEMOCRATICO**

1 Paulo Coelho - Amazonas.

2 Lobão da Silveira - Pará.

3 Victorino Freire - Maranhão.

4 Sebastião Archer - Maranhão.

5 Eugênio Barros - Maranhão.

6 Menezes Pimentel - Ceará.

7 Ruy Carneiro - Paraíba.

8 Jarbas Maranhão - Pernambuco.

9 Silvestre Péricles - Alagoas.

10 Ary Vianna - Espírito Santo.

11 Jefferson Aguiar - Espírito Santo.

12 Gilberto Marinho - Guanabara.

13 Paulo Fernandes - Rio de Janeiro.

14 Moura Andrade - São Paulo.

15 Gaspar Velloso - Paraná.

16 Alô Guimarães - Paraná.

17 Guido Mondim - Rio Grande do Sul.

18 Benedito Valladares - Minas Gerais.

19 Filinto Müller - Mato Grosso.

20 Juscelino Kubitschek (Licenciado Em exercício o Sr. José Feliciano) - Goiás.

21 Pedro Ludovico - Goiás.

**UNIÃO DEMOCRATICA NACIONAL**

1 Mourão Vieira - Amazonas.

2 Zacarias de Assunção - Pará.

3 Joaquim Parente - Piauí.

4 Fernandes Távora - Ceará.

5 Reginaldo Fernandes - Rio.

6 Sérgio Marinho - Rio Grande do Norte.

7 João Arruda - Paraíba.

8 Afrânio Lages - Alagoas

9 Rui Palmeira - Alagoas.

10 Heribaldo Vieira - Sergipe.

11 Ovidio Teixeira - Bahia.

12 Del Caro - Espírito Santo.

**Comissão de Saúde Pública**

UDN — Reginaldo Fernandes — Presidente.  
 PSD — Aílton Guimarães — Vice-Presidente.  
 UDN — Fernandes Fátima  
 PSD — Pedro Ludovico  
 PTB — Saulo Ramos — (5)

**SUPLENTE**

PSD — Eugênio Barros  
 PSD — Jarbas Maranhão  
 UDN — Lopes da Costa  
 UDN — Sérgio Marinho  
 PTB — Arlindo Rodrigues

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

Secretário: Eduardo Rui Barbosa.

**Comissão de Segurança Nacional**

UDN — Zacarias Assumpção — Presidente.  
 PSD — Jefferson de Aguiar  
 PSD — Silvestre Pericles  
 UDN — Sérgio Marinho  
 PTB — Calado de Castro  
 PTB — Arlindo Rodrigues (4)

**SUPLENTE**

PSD — Jarbas Maranhão — Vice-Presidente.  
 PSD — Ruy Carneiro  
 PSD — Jorge Maynard  
 PSD — Victorino Freire  
 UDN — João Arruda  
 UDN — Afrânio Lages  
 PTB — Saulo Ramos  
 PTB — Nelson Maculan.

Reuniões: Quintas-feiras, às 15 horas.

Secretário: Julieta Ribeiro dos Santos.

**Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas**

PSD — Jorge Maynard — Presidente.  
 UDN — Coimbra Bueno — Vice-Presidente.  
 PSD — Victorino Freire  
 UDN — João Arruda  
 PTB — Fausto Cabral (5)

**SUPLENTE**

PSD — Jefferson de Aguiar  
 PSD — Paulo Coelho  
 UDN — Sérgio Marinho  
 UDN — Lino de Mattos  
 PTB — Nelson Maculan

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas

Secretário: Ronaldo Ferreira Dias.

**Comissão de Serviço Público Civil**

Presidente: PL.  
 Senador Aloysio de Carvalho  
 Vice-Presidente PSD.  
 Senador Jarbas Maranhão  
 Senador Silvestre Pericles — PSD.  
 Senador Padre Calazans — UDN.  
 Senador Coimbra Bueno — UDN.  
 Senador Calado de Castro — PTB.  
 Senador Fausto Cabral — PTB.

**SUPLENTE: PSD.**

Senador Ruy Carneiro — PSD.  
 Senador Benedito Valladares — PSD.

Senador Sérgio Marinho — UDN.  
 Senador Reginaldo Fernandes — UDN.

Senador Nelson Maculan — PTB.  
 Senador Lourival Pontes — PTB.  
 Senador Mem de Sá — PL.

Secretário: Ronaldo Ferreira Dias — Oficial Legislativo — PL-8.

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas

**ATA DA REUNIÃO DE 6 DE AGOSTO DE 1962 — 4ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 4ª LEGISLATURA**

As 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Srs. Senadores:

Vivaldo Lima — Joaquim Parente — Fausto Cabral — Fernandes Fátima — Ovidio Teixeira — Aloysio de Carvalho — Irineu Bornhausen — Guido Mondin. — (8)

**O SR. PRESIDENTE:**

A lista de presença registra o comparecimento de 8 Srs. Senadores, não havendo, portanto, número para abertura dos trabalhos. Nestas condições, encerro a presente reunião, designando, para a próxima sessão, a seguinte

**ORDEM DO DIA**

Sessão de 7 de agosto de 1962 (Terça-feira)

**MATÉRIA EM REGIME DE URGÊNCIA****1**

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 1955 (nº 326-G de 1949, na Casa de origem) que aprova o Plano da Viacção Nacional em regime de urgência, nos termos do art. 330, letra "c" do Regimento Interno em virtude do Requerimento nº 406, de 1962 aprovado na sessão de 12 do mês em curso) tendo pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça pela constitucionalidade do projeto e do substitutivo; da Comissão de Transportes, Comunicação e Obras Públicas, oferecendo substitutivo; da Comissão de Finanças, favorável ao substitutivo.

**2**

Votação em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 126, de 1961 (nº 1.837-B 60, na Casa de origem) que dispõe sobre o Estatuto do Trabalhador Rural (incluído em Ordem do Dia em regime de urgência, nos termos do art. 330, letra "c" do Regimento Interno em virtude do Requerimento nº 401 de 1962, aprovado na sessão de 11 do mês em curso), tendo pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade do projeto e do substitutivo; da Comissão Especial, oferecendo substitutivo; da Comissão de Finanças, favorável ao substitutivo.

**3**

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 94, de 1961 (nº 1.751, de 1956, na Casa de origem) que dispõe sobre o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil e regula o exercício da profissão de advogado (em regime de urgência, nos termos do art. 334, letra "c" do Regimento Interno, em virtude do Requerimento nº 402, de 1962, aprovado na sessão de 11 do mês em curso), tendo pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça: 1º favorável ao Projeto com as emendas que oferece, sob números 1-CCJ a 38-CCJ; 2º favorável às emendas números 43, 45, 46, 49, 51, 53 e 55; favorável, em parte, à de número 44; contrário às de números 39, 40, 41, 42, 47, 54 e 56; e considerando prejudicadas as de números 50 e 52; da Comissão de Finanças, declarando escabar a matéria à sua competência.

**4**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 80, de 1962 (nº 2.638, de 1961, na Casa de origem) que cria Junta de Conciliação e Julgamento na 5ª Região da Justiça do Trabalho em regime de urgência nos termos do art. 330, letra "c" do Regimento Interno, em virtude do Re-

querimento nº 397, de 1962, aprovado na sessão de 10 do mês em curso) dependendo de Pareceres das Comissões: — de Constituição e Justiça: de Serviço Público e de Finanças.

**5**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 1962 (nº 1.860 de 1960 na Casa de origem) que concede pensão vitalícia de Cr\$ 40.000,00 ao Minstr. Antônio Francisco Carvalhal, membro do Tribunal Superior do Trabalho em regime de urgência nos termos do art. 330, letra "c" do Regimento Interno em virtude do Requerimento nº 415, de 1962 dos Senhores Lima Teixeira (Líder da Maioria em exercício) e Gilberto Marinho, aprovado na sessão de 13 do mês em curso), dependendo de Parecer da Comissão de Finanças.

**6****MATÉRIA EM TRAMITAÇÃO NORMAL**

Votação, em turno único do Projeto de Decreto Legislativo nº 93, de 1954 (nº 4.613, de 1954 na Câmara) que aprova o Acordo Internacional sobre a Regulamentação da Produção e do Comércio do Açúcar, tendo:

Pareceres sob ns. 291, 292 e 293, de 1962, das Comissões:

De Constituição e Justiça, pela constitucionalidade;

De Economia, favorável; e

De Relações Exteriores, pelo arquivamento.

**7**

Votação, em turno único do Requerimento nº 420, de 1962, em que os Srs. Senadores Jefferson de Aguiar Lima Teixeira (Líder da Maioria em exercício) e Afrânio Lages (Líder da UDN em exercício) solicitam urgência nos termos do art. 330, letra "c" do Regimento Interno para o Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 1958 que regula o direito de greve na forma do art. 158 da Constituição Federal.

**8**

Votação em turno único, do Requerimento nº 421, em que os Srs. Jarbas Maranhão, Nelson Maculan e Lima Teixeira (Líder da Maioria em exercício) solicitam urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 19 de 1961, que dispõe sobre a contagem de tempo de serviço prestado à Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial (CBAEI), e dá outras providências.

**9**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 329, de 1962 em que os Srs. Senadores Afrânio Lages e Nelson Maculan solicitam a criação de uma Comissão Especial, de 7 membros, para, no prazo de 60 dias, proceder à revisão dos Projetos destinados a regular a participação dos trabalhadores nos lucros das empresas e sugerir as medidas necessárias a atualizá-los (incluída em Ordem do Dia nos termos do art. 171, nº 1, do Regimento Interno).

**Expediente despachado pelo Senhor 1º Secretário, nos termos do art. 158, § 1º, do Regimento Interno**

**TELEGRAMAS**

Senador Auro Moura Andrade — Senado Federal — Brasília — D.F. — Em 26 de julho de 1962

De Praça 15 — Rio — GB — 0471 — 285 — 26 — 1.900.

Confederação Rural Brasileira solicita esclarecida atenção Vossência inconvenientes substitutivo Comissão Especial Senado projeto Câmara estende legislação trabalhista campo criando assistência previdência rural pt Não obstante merecimento comissão novo projeto tornou complexa aplicação lei, envolvendo-se matéria sindicalização já prevista decreto-lei 7.083-45, concluindo criação novo órgão previdência absurdas atribuições exíguos recursos determinará retrocesso, atraso, implantação benefícios inadiáveis grave conjuntura. Tais condições recomenda-se aprovação Projeto Câmara Deputados facilitará imediata aplicação leis trabalhistas pronto econômico atendimento assistência previdência através IAPI. Cordiais saudações Iris Meinberg Presidente Conferência.

Exmo. Sr. Auro Moura Andrade — Presidente Senado — Brasília — D.F. — Em 28 de julho de 1962.

De Pelotas — R.S. — 60 — 151 — 28 — 1.000.

Face noticiário imprensa declarações atribuídas Governador Leonel Brizola estaria havendo retenção arroz fins especulativos queremos protestar contra tais inverdadeiras afirmações. Crise abastecimento centro país origina-se tão somente tumultuária política governo que mantém tabelamento mercados consumo inferir ao mínimo garantido Governo do Estado aos produtores através de IRGA. Monopólio pretende se atribuir IRGA injustificável porquanto produtores indústria tradicional podem abastecer mercados consumo. Solidarizando-nos Associação Comercial demais entidades Porto Alegre colocamos estoques disposição órgão: controlam abastecimento aos mesmos preços vantagens. Eucênio Martins Pereira, Presidente. Edmar Pettei Vice-Presidente exercício centro indústrias.

Senador Auro Moura Andrade — Presidente Senado Federal — Brasília — D.F. — Em 28 de julho de 1962.

De Porto Alegre — R.S. — 617 — 137 — 26 — 1950.

As entidades signatárias devidamente autorizadas, tendo em vista as declarações veiculadas pela imprensa de que estão sendo retidos estoques de arroz com finalidades especulativas, levam ao conhecimento Vossência sua inteira desaprovção a essas declarações e comunicam que o comércio exportador de arroz coloca a inteira disposição das autoridades responsáveis pelo abastecimento todos os seus estoques daquele produto nas mesmas condições pelas quais o Instituto Rio-grandense do Arroz vem abastecendo consumidores. Ats. sds. Associação Comercial de Porto Alegre, Federação Comércio Atacadista Estado Rio Grande Sul, Sindicato Comércio Atacadista Gêneros Alimentícios Porto Alegre, Sindicato Indústria Arroz Estado Rio Grande do Sul.

**OFÍCIO**

Do Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, como segue:

Nº 40-62

São Luiz, 24 de julho de 1962.

Senhor Presidente:

Solicito os bons ofícios de V. Exa. a fim de fazer chegar com possível brevidade ao Exmo. Sr. Senador Re-

Iator da Proposta Orçamentária para o exercício de 1963, referente ao anexo do Poder Judiciário, o Ofício anexo. Ao ensejo, reitero a V. Exa. os protestos de minha mais alta consideração. — Desor. Acrísio Rebêlo, Presidente.

## CIRCUNSCRIÇÃO DO MARANHÃO

Tribunal Regional Eleitoral

Nº 39-62

São Luiz, 24 de julho de 1962.

Senhor Presidente:

Em virtude da Lei nº 4.049, de 23 de fevereiro do ano em curso, ter alterado o quadro da Secretaria deste Tribunal, criando 12 cargos e uma função gratificada e a Lei nº 4.069, de 11 de junho de 1962, aumentando o padrão de vencimentos dos funcionários da referida Secretaria, como também, as gratificações dos membros desta Corte de Justiça, dos Juizes e Escrivães Eleitorais e tendo em vista a parte final do art. 4º da Lei nº 4.049, "ressalvadas, em relação aos atuais servidores, as situações já constituídas por força de lei ou de decisão judiciária", solicito a V. Exa. as necessárias providências no sentido de que sejam feitas, no Orçamento para 1963, as alterações nas subconsignações abaixo discriminadas:

Subconsignação — 1.1.01 — Vencimentos:

Onde se lê — Cr\$ 15.504.000,00.

Emende-se para — ..... Cr\$ 29.215.200,00.

Subconsignação — 1.1.01 — Salário de mensalista:

Onde se lê — Cr\$ 792.000,00.

Emende-se para — Cr\$ 1.209.600,00.

Relação dos servidores que constituem a parte suplementar do Quadro da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, de acordo com a ressalva contida no art. 4º, "in fine", da Lei nº 4.049, de 23 de fevereiro de 1962.

| NOME                                           | Cargo ou Função                   |
|------------------------------------------------|-----------------------------------|
| Eugênio Martins de Freitas .....               | Diretor-Geral símbolo PJ          |
| Ernani Santos .....                            | Dir. dos Serv. Jud., símbolo PJ-1 |
| José Bogéa Serra .....                         | Dir. dos Serv. Adm., símbolo PJ-1 |
| Iracy Yole de Berredo .....                    | Of. Jud. símbolo PJ-3             |
| Fech de Souza Tocantins .....                  | Arquivista símbolo PJ-3           |
| Amália Costa Fernandes Tôrres .....            | Of. Jud. símbolo PJ-4             |
| José Neves Jansen Ferreira .....               | Of. Jud. símbolo PJ-4             |
| Wladimir Fialho Felix .....                    | Chefe de Portaria símbolo PJ-4    |
| Haroldo da Costa Brandão .....                 | Of. Jud. símbolo PJ-5             |
| Maria Benedita de Castro e Costa Collins ..... | Of. Jud. símbolo PJ-5             |
| Maria Izabel de Souza Belchior .....           | Of. Jud. símbolo PJ-6             |
| Maria Inês Pires de Saboya .....               | Of. Jud. símbolo PJ-6             |
| Maria José Carvalho Buhatem .....              | Of. Jud. símbolo PJ-7             |
| Zélia Fontinelle Serra .....                   | Of. Jud. símbolo PJ-7             |
| Flôr de Lya Fialho Felix .....                 | Of. Jud. símbolo PJ-7             |
| Miriam Amorim Fonseca .....                    | Of. Jud. símbolo PJ-7             |
| Bernarda Vani Moreira Barros .....             | Of. Jud. símbolo PJ-7             |
| Maria Arlette Jansen de Souza .....            | Of. Jud. símbolo PJ-7             |
| Paulo Ramos Alencar .....                      | Of. Jud. símbolo PJ-7             |
| Martília Freire Frota .....                    | Of. Jud. símbolo PJ-7             |
| José João Franca .....                         | Of. Jud. símbolo PJ-7             |
| João Mendes de Carvalho .....                  | Of. Jud. símbolo PJ-7             |
| Maria José Felix de Almeida .....              | Of. Jud. símbolo PJ-7             |
| Antônio Bernardo dos Santos .....              | Aux. de Portaria, símbolo PJ-7    |
| Januário Franca Soares Filho .....             | Aux. de Portaria, símbolo PJ-7    |
| Abdon Nascimento Aguiar .....                  | Aux. de Portaria, símbolo PJ-7    |
| Raimundo José Maranhão Santos .....            | Aux. de Portaria, símbolo PJ-7    |
| Ferdinand Rodrigues Santos .....               | Ref. 31 (PJ-9)                    |
| Dulce Prado Costa .....                        | Ref. 31 (PJ-9)                    |

Secretaria do TRE., em S. Luiz, 24 de julho de 1962. — Confere: — Niobe Caldas Ibiapina da Rocha, Aux. Jud. Símb. PJ-9

Subconsignação 1.1.12 — Salário-Família:

Onde se lê — Cr\$ 945.600,00.

Emende-se para — Cr\$ 2.850.200,00.

Subconsignação — 1.1.13 — Gratificação de Função:

Onde se lê — Cr\$ 837.000,00.

Emende-se para — Cr\$ 2.083.200,00.

Ao Exmo. Sr. Senador da Proposta Orçamentária para o exercício de 1963, referente ao anexo do Poder Judiciário.

Brasília — DF.

Subconsignação — 1.1.21 — Gratificação Adicional por tempo de Serviço:

Onde se lê: — Cr\$ 4.897.800,00.

Emende-se para — Cr\$ 9.187.480,00.

Subconsignação — 1.1.23 — Gratificação pela prestação de serviço eleitoral:

Onde se lê: — Cr\$ 3.638.000,00.

Emende-se para — Cr\$ 8.480.000,00. Esclareço a V. Exa. que, antes da Lei nº 4.049, era assim constituído o Quadro da Secretaria deste Tribunal (Tabela I, anexa), e com a publicação da referida Lei, aqueles servidores, cuja situação ficou expressamente ressalvada pelo art. 4º, *in fine*, da mesma Lei, passaram a constituir a Parte Suplementar do Quadro da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, ficando a Parte Permanente, integrada pelos servidores nomeados depois da publicação da Lei nº 4.049, na forma discriminada na Tabela II (anexa).

Ao ensejo, reitero a V. Exa. os protestos de minha mais alta consideração. — Desor. Acrísio Rebêlo, Presidente.

Relação dos funcionários nomeados de acordo com a Tabela XVIII da Lei nº 4.049 de 23 de fevereiro de 1962 e que constituem a Parte Permanente do Quadro da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão.

| NOME                                             | CARGO                              |
|--------------------------------------------------|------------------------------------|
| Sebastião Macieira Netto .....                   | Chefe de Zona Eleitoral, símb PJ-4 |
| Silvio Rebêlo Filho .....                        | Chefe de Zona Eleitoral, símb PJ-4 |
| Magno dos Santos Lima .....                      | Chefe de Zona Eleitoral, símb PJ-4 |
| Niobe Caldas Ibiapina da Rocha .....             | Aux. Jud., nível PJ-8              |
| Ceres Netto Teixeira .....                       | Aux. Jud., nível PJ-9              |
| Teresinha do Menino Jesus Coelho Leal .....      | Aux. Jud., nível PJ-9              |
| Maria do Amparo Michado Martins de Freitas ..... | Aux. Jud., nível PJ-9              |
| Antônio Reg no de Carvalho Filho .....           | Aux. Jud., nível PJ-9              |
| Hélio Rodrigues Santos .....                     | Aux. Jud., nível PJ-9              |
| Maria Aglay de Souza e Silva .....               | Aux. Jud., nível PJ-9              |
| Luiz Carlos Bello .....                          | Servente, nível PJ-14              |
| Robert Marinho Bello .....                       | Servente, nível PJ-14              |
| Manoel Carvalho de Oliveira .....                | Servente, nível PJ-14              |

Secretaria do TRE., em S. Luiz, 24 de julho de 1962. — Confere: — Niobe Caldas Ibiapina da Rocha, Aux. Jud. Símb. PJ-8

## OFÍCIO

Do Presidente do Tribunal de Contas da União, como segue:

Excelentíssimo Sr. Presidente do Senado Federal.

Tenho a honra de solicitar as necessárias medidas de V. Exa. no sentido de ser emendada a proposta orçamentária deste Tribunal para o exercício de 1963, nas seguintes subconsignações:

1.1.01 — Vencimentos:

1 — Ministros, etc. — Cr\$ ..... 22.032.192,00.

2 — Funcionários — Cr\$ ..... 380.234.400,00.

1.1.08 — Alugários — Cr\$ ..... 264.000.000,00.

1.1.12 — Salário-família — Cr\$ ... 26.664.000,00.

distinta consideração — Vergnauud Wanderley, Ministro-Presidente.

## OFÍCIOS

Do Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, nos seguintes termos:

Em 20 de julho de 1962

Excelentíssimo Sr. Primeiro-Secretário:

Tenho a honra de enviar a Vossa Excelência, para os devidos fins, os inclusos autógrafos do projeto de lei na Câmara nº 3 253-G-53 (no Senado número 6-60), em vista de, sobre o mesmo, não se haver manifestado o Senhor Presidente da República no prazo estabelecido no § 1º, bem como no do § 4º, ambos do art. 70, da Constituição Federal.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Exa. os protestos de minha elevada estima e consideração. — Hugo de Araújo Faria, Chefe do Gabinete Civil, Substituto.

Brasília, em 22 de julho de 1962 — Excelentíssimo Sr. Primeiro-Secretário:

Tenho a honra de enviar a Vossa Excelência, para os devidos fins, os inclusos autógrafos do projeto de lei na Câmara nº 883-D-59 (no Senado número 6-61), em vista de, sobre o mesmo, não se haver manifestado o Senhor Presidente da República no prazo estabelecido no § 1º, bem como no do § 4º, ambos do art. 70, da Constituição Federal.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Exa. os protestos de minha elevada estima e consideração. — Hugo de Araújo Faria, Chefe do Gabinete Civil, Substituto.

Em 30 de julho de 1962

Excelentíssimo Sr. Primeiro-Secretário:

Tenho a honra de enviar a Vossa Exa. para os devidos fins, os inclusos

1.1.21 — Grat. adicional, por tempo de serviço — Cr\$ 138.111.486,20.

1.1.26 — Grat. especial de nível universitário — Cr\$ 7.440.048,05.

Abono de Permanência (Lei número 4.069, art. 18, § 1º) — Cr\$ ..... 138.151,20.

2. O aumento ora proposto decorre das Resoluções, deste Tribunal número 23, de 10 de maio de 1962 publicada no Diário Oficial de 23 seguinte, e nº 25, de 3 de julho de 1962, publicada no Diário Oficial da mesma data, e dos arts. 14 — 15 — 18, § 1º e 20, da Lei nº 4.069, de 11 de junho de 1962, publicada no Diário Oficial de 15 imediato.

Aproveito o ensejo para renovar a V. Exa. protestos de elevada estima e autógrafos do projeto de lei na Câmara nº 4.646-B-58 (no Senado número 101-62), em vista de, sobre o mesmo, não se haver manifestado o Sr. Presidente da República no prazo estabelecido no § 1º, bem como no do § 4º, ambos do art. 70, da Constituição Federal.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Exa. os protestos de minha elevada estima e consideração. — Hugo de Araújo Faria, Chefe do Gabinete Civil, Substituto.

Em 30 de julho de 1962

Excelentíssimo Sr. Primeiro-Secretário:

Tenho a honra de enviar a Vossa Exa. para os devidos fins, os inclusos autógrafos do projeto de lei na Câmara nº 462-B-59 (no Senado número 61-62), em vista de, sobre o mesmo, não se haver manifestado o Senhor Presidente da República no prazo estabelecido no § 1º, bem como no do § 4º, ambos do art. 70, da Constituição Federal.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Exa. os protestos de minha elevada estima e consideração. — Hugo de Araújo Faria, Chefe do Gabinete Civil, Substituto.

Em 30 de julho de 1962

Excelentíssimo Sr. Primeiro-Secretário:

Tenho a honra de enviar a V. Exa. para os devidos fins, os inclusos autógrafos do projeto de lei na Câmara nº 2.761-B-62 (no Senado nº 52-62), em vista de, sobre o mesmo, não se haver manifestado o Sr. Presidente da República no prazo estabelecido no § 1º, bem como no do § 4º, ambos do art. 70, da Constituição Federal.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Exa. os protestos de minha elevada estima e consideração. — Hugo de Araújo Faria, Chefe do Gabinete Civil, Substituto.

## Resenha dos Discursos proferidos no mês de julho de 1962

### O ANEJO PELA SINOPSE DO PROJETO DE LEI DO SENADO

#### ALONSO ARINOS

Em 17-7-62, tendo sido empossado como Ministro das Relações Exteriores, depois de uma breve passagem à frente da Direção Brasileira, na Conferência de Coimbra, apresentando ainda a importância da Conferência de Desarmamento. (DCN. 18-7-62).

Em 18-7-62 comunica afastamento do exercício do mandato de Senador pelo Estado da Guanabara e — presentes os Srs. Ministros de Estado bem como o Sr. 1º Ministro — apresenta seus empenhos como de Gabinete aos componentes da Casa do Congresso. (DCN. 19-7-62).

#### AFRANIO LAGES

Em 11-7-62 faz advertência quando do votação do PLS. nº 39-61, do Senador Paulo Fender, justificando a emenda. Na mesma sessão, repete veementemente insultos do Sen. Paulo Fender, pela sua emenda ao acima referido projeto. (DCN. 12-7-62).

Em 12-7-62 faz referências aos últimos acontecimentos verificadas em vários pontos do Território Nacional, lembrando ainda a regulamentação do direito de greve. (DCN. 13-7-62).

Em 13-7-62 (extr. às 10 horas) aplaude as palavras do colega Dix-Huit Rosado — fazendo apelo aos órgãos afetos à Presidência para que realizem obras que realmente venham a sanar de uma vez por todas os males do Estado de Alagoas. (DCN. 14 de julho de 1962).

#### ALO GUIMARÃES

Em 5-7-62 emite parecer ao PLS. número 11-61, ora em discussão em nome da Com. de Agricultura. (DCN. 6-7-62).

#### ARCEMIRO FIGUEIREDO

Em 5-7-62 congratula-se com a votação do Sen. Moura Andrade, justificando a Emenda Constitucional que apresentará, referindo-se ainda ao Plebiscito. (DCN. 6-7-62).

#### BARROS CARVALHO

Em 5-7-62 (extr. às 21 horas), lê telegramas recebidos de seu Estado, pedindo providências para a calamidade da invasão das águas. Na mesma sessão tece comentários sobre a Emenda Constitucional que está sendo oferecida à deliberação do Senado, lá que colaborou, juntamente com o Senador Nogueira da Gama, na sua elaboração. (DCN. Suplemento 6-7-62).

Em 7-7-62 (extr. às 16 horas) solicita à Mesa retificação de trecho de seu discurso em que fez alusão a fato com o Gov. Cid Sampaio e que o DCN deturpou. (DCN. 8-7-62).

Em 10-7-62, para encaminhar votação, manifesta-se favoravelmente à Emenda nº 3-62, do Sen. Nogueira da Gama. (DCN. 11-7-62).

#### CAIADO DE CASTRO

Em 3-7-62 hipoteca solidariedade as palavras do Sen. Venâncio Igras, bem como ao Senhor Carlos Lacerda pelo seu movimento de reação à penetração comunista no Brasil. (DCN. 4-7-62).

Em 4-7-62, em discussão o projeto que concede pensão à viúva do Senador Atilio Vivacqua, tece comentários em torno do mesmo. Solicita ainda providências do Governo Federal para os problemas do Estado da Guanabara. (DCN. 5-7-62).

Em 5-7-62 ressaltava a personalidade do ex-Ministro da Guerra, Gal. Segadas Viana, durante a crise do país, declarando, outrossim, que o Senador Moura Andrade correspondeu à expectativa e é recebido de braços abertos.

tos, de volta à Presidência da Casa (DCN. 6-7-62).

Em 8-7-62 (extr. às 21.30), contesta o Sen. Guido Mondin, declarando que enquanto tiver forças, lutará para que o comunismo não se instale no Brasil. (DCN. 9-7-62).

Em 11-7-62 justifica PR. nº 4-61, de sua autoria. (DCN. 12-7-62).

#### COIMBRA BUENO

Em 3-7-62 justifica seu PLS. número 23-62, de sua autoria, lido e aprovado nesta sessão. Na mesma sessão continua a necessidade de maiores dotações orçamentárias, para prosseguimento da rodovia BR 29.

Em 5-7-62 justifica PLS. nº 24-62, de sua autoria. Disserta ainda sobre o Plano de Vição Nacional, tendo documentos relacionados com o assunto. (DCN. 6-7-62).

Em 10-7-62 (extr. às 17 horas), congratula-se com o Senado pela aprovação do projeto que antecipa o Departamento Nacional de Estradas de Ferro. (DCN. 11-7-62).

Em 12-7-62 lê trechos de discurso que pronunciou há um ano atrás e que se relaciona com a presente crise. (DCN. 13-7-62).

Em 18-7-62 defende a aprovação do seu Substitutivo ao Plano de Vição Nacional, aproveitando para isso, recursos do governo norte-americano, dentro do esquema traçado pelos técnicos da Aliança para o Progresso, no sentido do desenvolvimento econômico-social da terra brasileira e do Continente Americano. (DCN.).

#### DANIEL KRIEGER

Em 5-7-62 faz restrições ao discurso do Sen. Argemiro Figueiredo, referindo-se à renúncia do Sen. Moura Andrade para 1º Ministro. (DCN. 6 de julho de 1962).

Em 7-7-62 (extr. às 21.30) declara que a data do plebiscito não é da alçada do Superior Tribunal Eleitoral, pois as expressões do Ato Adicional não permitem dúvidas. (DCN. 8 de julho de 1962).

#### DEL CARO

Em 2-7-62 dirige veemente apelo as autoridades competentes no sentido de que autorizem pagamento de servidores da COAP do Espírito Santo, que há cinco meses não recebem seus vencimentos. (DCN. 3-7-62).

#### DIX-HUIT ROSADO

Em 13-7-62 (extr. às 10 horas) dirige apelo ao Comandante do Grupamento de Engenharia, sediado no Nordeste, relativo a material de construção e referindo-se, também, à água extraída do subsolo. (DCN. 14 de julho de 1962).

#### FAUSTO CABRAL

Em 7-7-62 (extr. às 16 horas) declara que o trabalho do Congresso, neste momento de crise nacional, deve se orientar com mais decisão e que o projeto do Código Brasileiro de Telecomunicações deve ser votado com urgência. (DCN. 8-7-62).

Em 12-7-62 oferece parecer às Emendas do PLC. nº 33-62, ora em discussão, em nome da Com. de Finanças. (DCN. 13-7-62).

#### FERNANDES TAVORA

Em 17-7-62 oferece parecer ao PLC. número 48-55, em nome da Com. de Finanças. (DCN. 18-7-62).

#### FELINTO MULLER

Em 3-7-62 justifica Reqto. de convocação de sessão especial para que as diferentes Bancadas se manifestem sobre a escolha do Sen. Moura Andrade para presidir o Gabinete de Ministros. (DCN. 4-7-62).

#### GASPAR VELOSO

Em 5-7-62, em nome da Com. de Relações Exteriores, congratula-se com o povo argelino pela sua independência. (DCN. 9-7-62).

#### GILBERTO MARINHO

Em 6-7-62 trata do alto custo de vida, da inflação e da necessidade de melhor orientação governamental de amparo aos homens da produção agrícola. (DCN.).

#### GUIDO MONDIN

Em 8-7-62 (extr. às 21.30), mencionando os nomes de três colegas, emite conceitos sobre ideologia, referindo-se ainda ao movimento integralista. (DCN. 9-7-62).

#### HERIBALDO VIEIRA

Em 13-7-62 (extr. às 10 horas) oferece parecer favorável em nome da Com. de Constituição e Justiça, ao PR. nº 13-62 ora em discussão. No mesmo dia (ordinária) emite parecer ao Reqto. do Sen. Nelson Maculan, em nome da Com. de Relações Exteriores. (DCN. 14-7-62).

Em 17-7-62 oferece parecer ao substitutivo ao PLC. nº 48-56, em nome da Com. de Constituição e Justiça. Na mesma sessão, em nome do Senado Federal, lê o Prof. Francisco Brochado da Rocha, 1º Ministro, bem como demais membros do novo Gabinete, agradecendo a gentileza da visita, que a todos desvanece. (DCN. 19-7-62).

#### JARBAS MARANHÃO

Em 10-7-62 (extr. às 17 horas), encarece medidas urgentes do Governo Federal para socorrer as vítimas da zona sul do seu Estado, vítimas de enchentes. (DCN. 11-7-62).

Em 13-7-62 (extr. às 10 horas) tece comentários em torno do projeto que disciplina a remessa de lucros ao Exterior, ora em discussão. (DCN. 14 de julho de 1962).

#### JEFERSON DE AGUIAR

Em 4-7-62 declara-se favorável à pensão à viúva do Senador Atilio Vivacqua, seu inesquecível amigo e confratão. No mesmo dia (extr. às 21 horas), solicita apoio do Plenário para o projeto de sua autoria, de número 29-61. (DCN. 5-7-62).

Em 5-7-62 oferece parecer em nome da Com. de Constituição e Justiça, pela aprovação, ao PLS. nº 11-61. (DCN. 6-7-62).

Em 6-7-62 suscita questão de ordem em relação ao PDL nº 35-50. Na mesma sessão tece comentários em torno dos sérios acontecimentos que trouxe a intranquilidade aos lares brasileiros, ante a aparente inércia do Governo. (DCN. 7-7-62).

Em 11-7-62, em discussão o PLS. nº 30-61, de autoria do Senador Paulo Fender, manifesta-se favorável à sua aprovação. (DCN. 12-7-62).

Em 13-7-62 (extr. às 10 horas) suscita questão de ordem quanto ao "quorum" para votação secreta. No mesmo dia (ordinária), transmite dois apelos que recebeu de seu Estado: relativo ao pagamento dos funcionários da COAP e à casa própria aos funcionários do Sindicato dos Empregados nas Empresas Ferroviárias de Vitória (DCN. 14-7-62).

#### JOÃO VILASBOAS

Em 3-7-62 congratula-se com o Senado Federal, apresentando saudações ao Presidente da Casa, Senador Moura Andrade, pela indicação para ocupar o posto de Presidente do Conselho de Ministros, referindo-se às reformas de que tanto necessita a nação brasileira (DCN. 4-7-62).

Em 4-7-62 presta homenagem ao Rev. Padre Emilio Mioti, do Colégio Salesiano "Santa Rosa", de Niterói, que completa 40 anos de sacerdócio. (DCN. 5-7-62).

Em 16-7-62 tece diversos comentários em torno de emenda parlamentarista, a fim de que possamos saber se o Congresso procedeu bem, instituindo o regime parlamentar, ou se

devemos retornar ao regime presidencialista. (DCN. 17-7-62).

Em 17-7-62 tece considerações em torno do projeto da cédula única, falando do aperfeiçoamento das votações, e solicitando ao Pres. da República que não o sancione. (DCN. 17-7 de 1962).

#### JOAQUIM PARENTE

Em 8-7-62 (extr. às 10 horas), faz referências às soluções para a crise que estamos atravessando (DCN. 9 de julho de 1962).

Em 13-7-62 (extr. às 21.30) formula apelo à direção da Petrobrás, a fim de que autorize pagamento dos dividendos referentes ao Plani. (DCN. 1 de julho de 1962).

#### JOSÉ FELICIANO

Em 7-7-62 (extr. às 16 horas) tece considerações em torno das manifestações de revolta e quase anarquia social do momento, declarando que se impõe o retorno ao sistema presidencialista. (DCN. 8-7-62).

Em 8-7-62 (extr. às 15 horas) refere-se à solução dos problemas de abastecimento às cidades brasileiras, a fim de diminuir a crise alimentar. (DCN. 9-7-62).

#### LIMA TEIXEIRA

Em 2-7-62 presta homenagem à Bahia pela passagem do dia 2-7-62. Na mesma sessão reverencia a memória do Dr. Homero Pires. (DCN. 3 de julho de 1962).

Em 4-7-62 (extr. às 21 horas) faz várias referências à Reforma Agrária e à falta de assistência ao pequeno agricultor (DCN. 5-7-62).

Em 6-7-62 (extr. às 21 horas), referindo-se à grave crise que o País atravessa, declara que se observa em todos os setores um clima de desassossego e intranquilidade. (Suplemento de 7 de julho de 1962).

Em 7-7-62 (extr. às 21.30) tece comentários diversos em torno da crise que se desencadeou no País com a escolha do 1º Ministro, sendo de opinião que se realize o plebiscito. (DCN. 8 de julho de 1962).

Em 8-7-62 (extr. às 15 horas) faz retrospecto das dificuldades do momento, referindo-se à escolha pela Câmara, do nome do 1º Ministro (DCN. 9-7-62).

Em 11-7-62 usa da palavra para encaminhar votação do Requerimento nº 403-62, de sua autoria. Na mesma sessão pronuncia-se favorável à aprovação do projeto que regula o horário de trabalho da mulher. Na mesma sessão faz comentários em torno do PLS. nº 30-61, ora em discussão. (DCN. 12-7-62).

Em 12-7-62, como Líder da Maioria, refere-se às dificuldades para a formação do Gabinete, pelo Professor Brochado da Rocha, lembrando as reformas reclamadas pelo povo. (DCN. 13-7-62).

Em 13-7-62 (ordinária), tece comentários sobre o projeto que cria as Juntas de Conciliação e Julgamento no Estado da Bahia. Na mesma sessão usa da palavra para encaminhar votação do PLC. nº 52-62. No mesmo dia (extr. às 21.30) refere-se ao Acordo Internacional sobre regulamentação da Produção e do Comércio do Açúcar, lembrando figura de Getúlio Vargas e os interesses do Nordeste. (DCN. 14-7-62).

Em 16-7-62 tece considerações em torno do Parlamentarismo e Presidencialismo, elogiando figura do 1º Ministro, que declarou que não se afastará da Constituição. (DCN. 17 de julho de 1962).

#### LOBAO DA SILVEIRA

Em 10-7-62 focaliza problema da juta e da malva na Região Amazônica, solicitando ao Governo melhor amparo aos seus produtores. (DCN. 11 de julho de 1962).

Em 16-7-62 faz referências à obra pioneira dentro da própria selva amazônica, criada pelo americano Henry Ford. (DCN 17-7-62).

#### LOPES DA COSTA

Em 13-7-62 (extr. às 10 horas), oferece parecer ao PLC. nº 189-61, ora em discussão, em nome da Comissão de Finanças. (DCN 14 de julho de 1962).

#### LOURIVAL FONTES

Em 4-7-62 faz referências à época em que vivemos, de confusão, medo e violência, declarando que a nossa lavoura deve ser mecanizada e modernizada. (DCN 5-7-62).

Em 17-7-62 emite parecer ao PLC nº 94-61, em nome da Com. de Constituição e Justiça. (DCN 18-7-62).

#### MEM DE SA

Em 12-7-62 oferece parecer às Emendas ao PLC nº 33-62, ora em discussão, em nome da Comissão de Constituição e Justiça. (DCN 13 de julho de 1962).

Em 13-7-62 (extr. às 10 horas), como relator da Comissão Especial ao projeto que disciplina a remessa de capital ao Exterior, tece comentários em torno do mesmo. Emite parecer ao mesmo, em nome daquela Comissão. (DCN 14-7-62).

#### MENDONÇA CLARK

Em 11-7-62 refere-se ao comparecimento à Comissão Especial de Estudos dos Problemas das Secas do Nordeste, no Senado Federal, do doutor Celso Furtado, superintendente da SUDENE. (DCN 12-7-62).

Em 12-7-62 pede providências em relação aos seus requerimentos de informação, formulados há mais de anos e que até hoje não mereceram resposta. Declara, outrossim, que as informações prestadas pela Comissão de Marinha Mercante não são verdadeiras, motivo pelo qual, mantém o requerimento. (DCN 13-7-62)

#### MILTON CAMPOS

Em 13-7-62 (extr. às 10 horas) emite parecer ao substitutivo ao PLC nº 177-61, ora em discussão, em nome da Comissão de Constituição e Justiça. (DCN 14-7-62).

#### MOURA ANDRADE

Em 3-7-62 (sessão especial às 17 horas) agradece as homenagens de que foi alvo por parte de seus colegas, pela sua eleição para Presidente do Conselho de Ministros, que se pretende formar. (DCN 4-7-62).

Em 6-7-62 presta esclarecimentos ao Senado da República quanto a sua Renúncia, lendo carta de próprio punho, do Presidente João Goulart. (DCN 7-7-62).

#### NELSON MACULAN

Em 6-7-62, em discussão o PDL número 2-59, é favorável à sua rejeição. (DCN 7-7-62).

Em 13-7-62 (extr. às 10 horas) tece considerações em torno do projeto de remessa de lucros ao Exterior, que ora se discute. (DCN 14-7-62).

Em 17-7-62 emite parecer ao Projeto nº 48-55, em nome da Comissão Especial do Senado (DCN 18-7-62).

Em 18-7-62 lê telegrama da Cooperativa de Associações Rurais de Ponta Grossa, fazendo apelo ao novo Gabinete de Ministros para que inicie suas atividades no setor agrícola. (DCN 19-7-62).

#### NOGUEIRA DA GAMA

Em 5 de julho de 1962 (extr. às 21 horas) tece comentários em torno da elaboração da Emenda Constitucional, de modo que se torne obrigatória a realização do plebiscito. (Suplemento 6 de julho de 1962).

Em 6 de julho de 1962 suscita questão de ordem em relação ao PR. número 12-62, para correção da emenda. (DCN. 7 de julho de 1962).

Em 7 de julho de 1962 (extr. às 21.30), tece comentários em torno da difícil situação que o país atravessa com a escolha do 1º Ministro, fazendo referências às próximas eleições e favorável ao plebiscito. (DCN. 8 de julho de 1962).

Em 9 de julho de 1962 volta a focalizar assunto relacionado com o plebiscito, objeto de emenda que encaminhou à Mesa, tendo como objetivo a paz do Brasil. (DCN. 10 de julho de 1962).

Em 11 de julho de 1962 manifesta-se inteiramente favorável à aprovação do projeto de autoria do Senador Paulo Fênder. (DCN. 12 de julho de 1962).

Em 13 de julho de 1962 (extr. às 10 horas) refere-se à Convenção Nacional do PTB., em cujo programa constava a remessa de lucros para o Exterior, projeto que ora se discute. (DCN. 14 de julho de 1962).

#### NOVAIS FILHO

Em 7 de julho de 1962 (extr. às 10 horas) dirige apelo ao Poderes competentes, em favor das populações dos municípios pernambucanos, atingidos pelas enchentes. (DCN. 8 de julho de 1962).

#### PADRE CALAZANS

Em 12 de julho de 1962 chama a atenção para o que se está passando no Estado da Guanabara, em relação à crise de abastecimento, lendo cópias da carta do Governador da Guanabara. (DCN. 13 de julho de 1962).

#### PAULO FÊNDER

Em 4 de julho de 1962 manifesta apreensão diante da hora grave em que vivemos, declarando que o novo Gabinete a se formar respeitará os ideais dos trabalhadores brasileiros. Levanta questão de ordem quanto ao critério de votação do projeto que se refere às eleições em Brasília. No mesmo dia (extr. às 21 horas), faz apelo ao futuro Gabinete a se constituir, para que voltem os olhos para os trabalhadores. (DCN. 5 de julho de 1962).

Em 5 de julho de 1962 (extr. às 21 horas) refere-se à intranquilidade do país face à última crise político-militar e ao regime parlamentarista, declarando que se a decisão da Justiça pode dirimir o impasse. (Suplemento 6 de julho de 1962).

Em 6 de julho de 1962 tece comentários em torno da situação política que o país atravessa, referindo-se à carta que o Governador Carlos Lacerda escreveu ao Presidente da República e às necessidades prementes do povo. (DCN. 7 de julho de 1962).

Em 7 de julho de 1962 (extr. às 10 horas) tece considerações em torno de seu projeto, de nº 30-61, usando ainda da palavra para declaração de voto. (DCN. 8 de julho de 1962).

Em 8 de julho de 1962 (extr. às 10 horas) declara que a atual crise no país exige meditação por parte do Congresso Nacional e de todos os homens de responsabilidade. No mesmo dia (extr. às 21.30) defende-se das críticas dos colegas, por defender a política da "esquerda". (DCN. 9 de julho de 1962).

Em 10 de julho de 1962 comenta discurso proferido na Câmara dos Deputados pelo 1º Ministro, Doutor Brochado da Rocha. (DCN. 11 de julho de 1962).

Em 11 de julho de 1962 tece comentários em torno do substitutivo do projeto referente a investimentos estrangeiros e remessa de lucros para o Exterior. Na mesma sessão, faz considerações sobre o projeto de sua

autoria, que regula o horário de trabalho da mulher, suscitando ainda questão de ordem quanto à emenda do Senador Afrânio Lages, malgrado a exiguidade de tempo. (DCN. 12 de julho de 1962).

Em 13 de julho de 1962 (extr. às 10 horas) tece considerações em torno do projeto da remessa de lucros, ora em discussão. (DCN. 14 de julho de 1962).

#### REMI ARCHER

Em 12 de julho de 1962, referindo-se ao vigésimo ano de fundação do Banco de Crédito da Amazônia, fala do patriotismo daqueles desbravadores, embrenhando-se na selva amazônica, a fim de levar aos seringaais o crédito especializado. (DCN. 13 de julho de 1962).

#### RUI CARNEIRO

Em 4 de julho de 1962 tece comentários em torno das dificuldades do momento no âmbito político. (DCN. 5 de julho de 1962).

Em 8 de julho de 1962 (extr. às 21.30) contesta o discurso do Senador Guido Mondin, fazendo referências ao Movimento de 1938. (DCN. 9 de julho de 1962).

Em 9 de julho de 1962 tece comentários em torno do nome do Doutor Brochado da Rocha para 1º Ministro. (DCN. 10 de julho de 1962).

#### RUI PALMEIRA

Em 3 de julho de 1962 faz veemente apelo ao Governo Federal no sentido de que prestem socorros à população do Estado de Alagoas, flagelada pela maior inundação já verificada. (DCN. 4 de julho de 1962).

#### SAULO RAMOS

Em 16 de julho de 1962 faz apelo às autoridades competentes no sentido de que sejam atendidas as associações de classe, no que se refere à aprovação, pelo Congresso, do projeto que cria 2 Juntas de Conciliação e Julgamento na 4ª Região da Justiça do Trabalho. (DCN. 17 de julho de 1962).

#### SAULO RAMOS

Em 16 de julho de 1962 faz apelo às autoridades competentes no sentido de que sejam atendidas as associações de classe, no que se refere à aprovação, pelo Congresso, do projeto que cria 2 Juntas de Conciliação e Julgamento na 4ª Região da Justiça do Trabalho. (DCN. 17 de julho de 1962).

Em 17 de julho de 1962 emite parecer do PLC. nº 94-61, em nome da Comissão de Finanças (DCN. 18 de julho de 1962).

Em 18 de julho de 1962 focaliza mais uma vez o andamento do projeto de lei que cria a Usina Siderúrgica do Estado de Santa Catarina. (DCN. 21 de julho de 1962).

#### VENANCIO IGREJAS

Em 3 de julho de 1962 tece comentários diversos em torno dos problemas caríocas, inclusive abastecimento e do esforço do Governador da Guanabara para a pronta solução dos mesmos. (DCN. 4 de julho de 1962).

Em 4 de julho de 1962 associa-se as homenagens de comemoração do "Independence Day", dia festivo nos EE.UU. Na mesma sessão, presente o Sr. Sileno Ribeiro de Paiva, faz referências aos acontecimentos de Tinguá. (DCN. 5 de julho de 1962).

#### VITORINO FREIRE

Em 8 de julho de 1962 (extr. às 15 horas), como Líder da Maioria, julga que o Senado deva ser convocado para uma sessão à noite. (DCN. 9 de julho de 1962).

Em 17 de julho de 1962, em explicação pessoal, — e aproveitando pre-

sença do atual Ministro das Relações Exteriores — desmente notícia do "Diário de Notícias", segundo a qual teria se referido ao ex-Senador Afonso Arinos em termos impublicáveis. (DCN. 18 de julho de 1962).

#### VIVALDO LIMA

Em 2 de julho de 1962 refere-se a artigo publicado no "Diário de São Paulo", sob o título de "Poços Tubulares", que viriam minorar as secas do Nordeste. (DCN. 3 de julho de 1962).

Em 3 de julho de 1962 presta esclarecimentos relativos ao projeto de lei que dispõe sobre atribuições conferidas às autoridades de polícia para fiscalizar e conceder ingresso em território nacional a estrangeiros, em face de juízo depreciativo de "Hora", quando focalizou caso de desfalque do cidadão norte americano Edward M. Gilbert. (DCN. 4 de julho de 1962).

Em 5 de julho de 1962, em nome da Com. de Relações Exteriores, emite parecer ao PDL. nº 2-59. (DCN. 6 de julho de 1962).

Em 6 de julho de 1962 emite parecer ao PDL. nº 2-59, como Presidente da Com. de Relações Exteriores, pelo rejeição do projeto. (DCN. 7 de julho de 1962).

Em 9 de julho de 1962 rende preito de homenagem póstuma à figura de magistrado Emil Sandström, que foi Presidente da Cruz Vermelha de Estocolmo, Suécia, no período de 1951 a 1959. (DCN. 10 de julho de 1962).

Em 11 de julho de 1962 tece comentários em torno da greve dos médicos na Áustria. (DCN. 12 de julho de 1962).

Em 12 de julho de 1962 faz referências às emendas do PLC. nº 56-62, lendo carta do Dr. Geraldo Bastos da Costa Reis, Diretor-Geral de DNOS. (DCN. 13 de julho de 1962).

Brasília, 6 de agosto de 1962. — Odíssia Nery de Medeiros.

### Resenha das Matérias votadas no mês de julho de 1962

#### ORGANIZADA PELA SINOPSE DO PROTOCOLO GERAL DO SENADO FEDERAL

##### A SANÇÃO

Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 1962 (nº 2.827-B, de 1961, na Casa de origem) que concede a pensão especial de Cr\$ 6.000,00 mensais a Benedito Muniz Cardoso, ex-Conduto de malas do Departamento dos Correios e Telégrafos.

Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 1962 (nº 816-B-59 na Casa de origem), que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 885.343,90, para pagamento do período compreendido entre 1º de junho a 31 de dezembro de 1958, de vencimentos, salário-família, gratificação adicional aos servidores do Estabelecimento de Subsistência da 10ª Região Militar.

Projeto de Lei da Câmara nº 52-62, que isenta de impostos de importação e de consumo equipamento telefônico importado pela Telefones Bahia S.A. — TEBASA.

Projeto de Lei da Câmara nº 58, de 1962 (nº 3.755-B-61 na Casa de origem) que aplica aos cargos e funções nos Quadros do Pessoal dos Órgãos da Justiça do Trabalho das 4ª e 5ª Regiões, disposições das Leis números 3.780 e 3.826, de 1960.

Projeto de Lei da Câmara nº 59, de 1962 (nº 1437-C-60 na Casa de origem), que cria quatro cargos de Juiz do Trabalho Substituto para o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, em Porto Alegre.

Projeto de Lei da Câmara nº 61-62, que concede isenção dos impostos de

importação e de consumo para o material telefônico a ser importado pela Companhia Telefônica Araguaína, Estado de Minas Gerais.

Projeto de Lei da Câmara nº 63, de 1962 (nº 3.223-C de 1957, na Casa de origem), que fixa em cinco por cento ao ano, a taxa de juros dos títulos da Dívida Pública a que se refere o art. 12 da Lei nº 1.224, de 4 de novembro de 1960.

Projeto de Lei da Câmara nº 66, de 1962 (nº 2.188, de 1930, na Casa de origem) que transfere o Departamento Nacional de Estradas de Ferro em autarquia, cria o Fundo Nacional de Investimento Ferroviário.

Projeto de Lei da Câmara nº 70, de 1962 (nº 1.831, de 1930, na Casa de origem) que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00, destinado às comemorações do cinquentenário da Fundação de Canoíhas, Santa Catarina.

Projeto de Lei da Câmara nº 77, de 1962 (nº 2.827, de 1961, na Casa de origem), que autoriza o Poder Executivo, através do Ministério da Fazenda, a conceder pensão especial de Cr\$ 30.000,00 mensais a D. Geni Silva Vivacqua.

Projeto de Lei da Câmara nº 84, de 1962 (nº 2.751-B, de 1961, na Casa de origem), que declara de utilidade pública, conjunto residencial situado no Estado da Guanabara.

Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 1962 (nº 3.995-C, de 1962, na Casa de origem) (que modifica, sem aumento de despesa, o Orçamento Geral da União para 1962, na parte relativa ao Subanexo nº 4.18 — Ministério da Justiça e Negócios Interiores — visando a permitir o custeio do pessoal do Departamento Federal de Segurança Pública incumbido dos serviços de policiamento local de Brasília).

Projeto de Lei da Câmara nº 101, de 1962 (nº 4.646-B, de 1958, na Casa de origem) que isenta dos impostos de importação e de consumo material importado pela Emissora de Televisão Continental S. A. — T. V. Continental.

Projeto de Lei da Câmara nº 108, de 1962 (nº 4.456-A, de 1962, na Casa de origem), que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região — o crédito suplementar de

Cr\$ 11.520.000,00, para pagamento de aluguel de imóvel ocupado por aquele Tribunal.

Projeto de Lei da Câmara nº 109, de 1962 (nº 4.430-A, de 1962, na Casa de origem) que autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Poder Judiciário — Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região — o crédito especial de Cr\$ 7.700.000,00 para atender à despesa de adaptação de nova sede daquele Tribunal.

#### A CÂMARA DOS DEPUTADOS

Projeto de Lei do Senado nº 22, de 1961, de autoria do Sr. Senador Jefferson de Aguiar que altera a redação do art. 70, da Lei nº 1.341, de 30 de janeiro de 1951 — Lei Orgânica do Ministério Público da União.

Projeto de Lei do Senado nº 13, de 1962, que dispõe sobre a participação do Governo da União nas solenidades comemorativas do 350º ano da fundação da cidade de São Luiz do Maranhão.

Projeto de Lei do Senado nº 14, de 1962 (de autoria do Senhor Senador Guido Mondim) que altera a redação de dispositivos do Código de Processo Civil.

Projeto de Lei da Câmara nº 265, de 1962 (nº 2.782-A, de 1963, na Casa de origem) que dispõe sobre as atribuições conferidas às autoridades de polícia para fiscalizar e conceder ingresso em território nacional a estrangeiros.

Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 1962 (nº 2.760, de 1961, na Casa de origem), que cria uma Junta de Conciliação e Julgamento na 4ª Região da Justiça do Trabalho em Santa Cruz do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul.

Projeto de Lei da Câmara nº 69, de 1962 (nº 2.474-A-60 na Casa de origem) que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, crédito especial de Cr\$ 7.400.000,00 destinado a atender às despesas decorrentes da Comemoração do Sesquicentenário da Academia Militar das Agulhas Negras.

#### A PROMULGAÇÃO

Projeto de Lei da Câmara nº 68, de 1962 (nº 2.986, de 1961, na Casa de origem) que isenta do imposto de importação equipamento telefônico importado pela Companhia Telefônica de Pernambuco.

Projeto de Lei da Câmara nº 85, de 1962 (nº 336-B, de 1959, na Casa de origem) que isenta dos impostos de importação e de consumo equipamento destinado à instalação de uma estação de televisão, pela Rádio Clube de Pernambuco.

Projeto de Resolução nº 9, de 1962, de autoria do Sr. Senador Lino de Matos, que cria uma Comissão Permanente incumbida de estudar e apreciar as proposições relativas ao Distrito Federal.

Projeto de Resolução nº 11, de 1962, de autoria da Comissão Diretora, que concede autorização a José Arthur Alves da Cruz Rios, Assessor Legislativo, para participar de uma reunião de sociólogos e educadores a realizar-se em julho do ano em curso na cidade do México, a convite do Conselho de Pesquisas em Ciências Sociais dos Estados Unidos da América do Norte.

Projeto de Decreto Legislativo nº 18, de 1961, originário da Câmara dos Deputados (nº 40, de 1960, na Casa de origem) que aprova o Convênio Interregional entre o Brasil e a Bolívia, firmado em 29 de março de 1958.

Projeto de Decreto Legislativo nº 19, de 1961, originário da Câmara dos Deputados (nº 34, de 1961, na Casa de origem), que aprova o Convênio Comercial firmado com a Bolívia em 29 de março de 1958.

Projeto de Decreto Legislativo nº 20, de 1961, originário da Câmara dos Deputados (nº 27, de 1961, na Casa de origem) que aprova o Convênio do "Entrepósito de Depósito Franco", de Santos, no Estado de São Paulo, firmado com a República da Bolívia.

#### A COMISSÃO DE REDAÇÃO

Projeto de Lei do Senado nº 42, de 1961, de autoria do Sr. Senador Lobão da Silveira, que autoriza o Poder Executivo a emitir selos comemorativos do cinquentenário da fundação da cidade de Altamira, no Estado do Pará.

Projeto de Lei da Câmara nº 245, de 1960 (nº 489, de 1949, na Casa de origem), que dispõe sobre a medição, demarcação e registro de propriedade das terras ocupadas pelos silvícolas.

Projeto de Lei da Câmara nº 199-57, que estende aos proventos de aposentadoria ou reforma motivadas por cardiopatia grave ou mutilação a isenção determinada no § 2º letra "f", do Decreto nº 24.239, de 22 de dezembro de 1947, que regulamentava a cobrança do Imposto sobre a Renda.

Projeto de Lei da Câmara nº 129, de 1961, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelos Ministérios da Educação e Cultura, da Justiça e Negócios Interiores, da Saúde e do Trabalho, Indústria e Comércio, créditos especiais, no montante de Cr\$ 8.000.000,00, destinados às instituições que especifica.

#### APROVADOS

Parecer nº 297, de 1962, da Comissão de Constituição e Justiça sobre a Indicação nº 4, de 1959, do Sr. Senador Antônio Belchior, com referência à representação do novo Distrito Federal no Congresso Nacional.

Parecer nº 280-32, da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 1962 (nº 2.761-B-61, na Câmara), que isenta de impostos de importação e de consumo equipamento telefônico importado pela Telefones S. A. — TEBASA.

Parecer nº 310-62, redação final da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 265, de 1953 (nº 2.782-A, de 1953, na Casa de origem).

Mensagem nº 121-62, do Sr. Pres. da Rep., submetendo à aprovação do Senado Federal, a nomeação do Senhor Lútero Sarmanho Vargas, para exercer a função de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Governo de Honduras.

#### REJEITADOS

Projeto de Lei do Senado nº 34, de 1960, de autoria do Sr. Senador Geraldo Lindgren, que dispõe sobre o ingresso no magistério militar.

Projeto de Lei do Senado nº 51, de 1951 (de autoria dos Srs. Senadores Rui Palmeira e padre Calazaris) que dispõe sobre o exercício do magistério pelos formados em curso de Filosofia de Seminários.

Projeto de Resolução nº 4, de 1961, de autoria do Sr. Senador Calado de Castro, que dispõe sobre a iluminação de emergência do Plenário.

Projeto de Decreto Legislativo, originário da Câmara dos Deputados (número 164-A, de 1958, na Casa de origem), que aprova o Convênio Constitutivo da Organização Internacional do Café, firmado pelo Brasil e outros Estados, em 27 de janeiro de 1958.

Brasília, 1º de agosto de 1962. — OM